

## **Mulheres prefeitas: notas sobre a trajetória política e o exercício da liderança feminina na gestão pública municipal**

Luciana Scherer<sup>(\*)</sup>

Louise de Lira Roedel Botelho<sup>(\*\*)</sup>

Sandra Beatriz Fernandes<sup>(\*\*\*)</sup>

### **Resumo**

Ao longo dos tempos as mulheres tem passado por diferentes transformações em seu espaço na sociedade, o que hoje permite que elas ocupem cargos na política, e o objetivo principal deste trabalho é compreender as trajetórias de mulheres que se tornaram prefeitas através das suas experiências no exercício como gestoras públicas.

**Palavras-chave:** Prefeitas. Liderança Feminina. Carreira Feminina. Espaço Feminino.

## **Female mayors: notes on the political trajectory and the exercise of female leadership in municipal public management**

### **Abstract**

Throughout the ages women have gone through different transformations in their space in society, which now allows women to occupy spaces in politics, and the main objective of this work is to understand the trajectories of women who have become prefects through their experiences as public managers.

**Keywords:** Female Mayors. Women's Leadership. Women's Career. Women's Space.

A trajetória da mulher na sociedade está cercada por diferentes transformações. Essas transformações geraram resultados no modo de vida feminino, sendo reflexos das construções sociais produzidas ao longo dos tempos. A sociedade, talvez por questões de garantir a própria

---

<sup>(\*)</sup> Administradora e Bacharel em Turismo. Mestra em Ciências Sociais. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Nordeste do Rio Grande do Sul. E-mail: [lucianasherer@yahoo.com.br](mailto:lucianasherer@yahoo.com.br).

<sup>(\*\*)</sup> Administradora, Mestra e Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Professora Adjunta III da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: [louisebotelho@uffs.edu.br](mailto:louisebotelho@uffs.edu.br).

<sup>(\*\*\*)</sup> Agrônoma, Mestra em Agronomia. Doutora e Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUI. E-mail: [sandravf@unijui.edu.br](mailto:sandravf@unijui.edu.br).

sobrevivência da espécie humana, agregou à mulher o espaço e o papel de cuidadora no ambiente familiar, essa função social da mulher esteve associada por muito tempo à função materna. À medida que a sociedade vai se transformando de uma era agrária para industrial, a função social da mulher vai se adequando aos novos modelos. Surge a emancipação feminina, ou seja, uma busca pela igualdade de gêneros, nas relações da esfera do trabalho. Todo esse novo contexto acaba por modificar as formas como homens e mulheres condicionam suas competências a serviço da sociedade e não apenas da família. A partir disso, as mulheres passam a pertencer à esfera pública do trabalho (FLETCHER, 2006). Como resultado elas passaram adquirir direitos e autonomia financeira e a engendrar no mundo formal do trabalho, que durante muito tempo foi percebido socialmente como um universo de predomínio masculino.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, configuram-se também novas lideranças e novas formas de liderar. Elas passaram a ocupar cargos e funções até então desempenhadas exclusivamente por homens (CUNHA; SPANHOL, 2014) trazendo um novo dinamismo às organizações públicas (SOUZA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011). Entende-se que estudar o fenômeno sobre as mulheres exercendo o cargo de eletivos em diferentes esferas públicas se configura como algo desafiador e necessário para a compreensão do próprio papel social que a mulher desempenha na atualidade, já que ainda é possível verificar traços de uma sociedade onde as mulheres lutam para conquistar seus espaços, suas posições e reconhecimento tanto na esfera pública como privada.

Na gestão pública talvez exerça um caso peculiar. Os processos de seleção, a influência política nas indicações, os problemas de descontinuidades derivados dos processos eleitorais trazem para esse cenário da participação feminina contornos ainda não suficientemente investigados. A evolução nos modelos gerenciais públicos tem permitido que um número cada vez maior de mulheres ocupem espaços na política e na gerência de órgãos públicos, tornando-se mais propensas a assumir cargos de maior responsabilidade e exigência técnica por seus méritos, seja por indicação ou eleição, contudo, ainda muito aquém da participação masculina (SOUZA, SIQUEIRA, BINOTTO, 2011). Saliencia-se que embora o número de mulheres atuantes na política venha aumentando ao longo dos últimos anos ainda é sub-representado e comparado ao número de homens que exercem cargos políticos, podendo-se afirmar que o cenário político brasileira ainda é marcado por traços de coronelismo masculino.

Referente à atuação em cargos políticos, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, embora as mulheres representem cerca de 52% do eleitorado brasileiro em 2012, essa mesma proporção não é retratada na ocupação dos cargos políticos, já que 11,92% do total de municípios brasileiros elegeu, para a gestão 2013-2016, mulheres para estarem a

frente das respectivas prefeituras, ou seja, 664 prefeitas (TSE, 2016). Em termos históricos, destaca-se que o caminhar de uma mulher ocupando o cargo de prefeita no Brasil teve o seu primeiro passo em 1928, com a eleição de Alzira Soriano, eleita aos 32 anos, para a prefeitura de Lajes, cidade do interior do Rio Grande do Norte, quando as mulheres nem sequer podiam votar. Em 2012, no estado do Rio Grande do Sul, foram eleitas 35 prefeitas, perfazendo um percentual de 7,04%, valendo destacar que o poder ficou restrito a municípios com até 40 mil habitantes. Na Região Funcional 7<sup>1</sup> do Rio Grande do Sul, região contemplada na análise, composta por 77 municípios<sup>2</sup>, foram eleitas 7 prefeitas<sup>3</sup>, representando um percentual de 9,09% de municípios comandados por prefeitas (TRE-RS, 2016). Esse número também revela alguns cenários, que demonstram uma real minoria de mulheres nesses cargos executivos.

O objetivo principal deste trabalho é compreender as trajetórias de mulheres que se tornaram prefeitas na Região Funcional de Planejamento 7 do estado do Rio Grande do Sul através das experiências vividas das investigadas no exercício de suas funções gerenciais e políticas no setor público.

Salienta-se que o presente estudo não pretende evidenciar a realidade das mulheres na política, tampouco abordará o processo de ascensão das mulheres nesse setor, e sim, concentrar-se em compreender a vida de algumas dessas mulheres que escolherem trilhar suas trajetórias profissionais no setor público municipal, e para a partir daí, apresentar algumas realidades até então não discutidas.

---

<sup>1</sup>Para fins de planejamento, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, são agregados em 9 Regiões Funcionais de Planejamento. A regionalização foi definida pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS - SCP. Rumos 2015, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações, ou seja, do emprego, das viagens por tipo de transporte, da rede urbana, da saúde e da educação superior. A Regionalização dos COREDEs e das Regiões Funcionais de Planejamento são as escalas utilizadas atualmente como referência para elaboração do Plano Plurianual e Orçamento do Estado. A Região Funcional 7 é composta pelos COREDES MISSÕES, CELEIRO, FRONTEIRA NOROESTE, NOROESTE COLONIAL.

<sup>2</sup>Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões (COREDE MISSÕES); Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Chiapetta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguaí, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos, Vista Gaúcha (COREDE FRONTEIRA NOROESTE CELEIRO), Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi (COREDE FRONTEIRA NOROESTE), Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Jóia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara (COREDE NOROESTE COLONIAL)

<sup>3</sup>Os municípios integrantes da Região Funcional de Planejamento 7 do Rio Grande do Sul que elegeram mulheres prefeitas foram Catuípe, Guarani das Missões, Humaitá, Porto Vera Cruz, São Paulo das Missões, Sete de Setembro, Humaitá e São Martinho.

Conhecer a participação da mulher na política limita-se pela dificuldade no processo de coleta de dados, já que esses se apresentam parcos e dispersos, e muito raramente consideram a distinção entre homens e mulheres eleitos. Ao recorrer aos sites do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) ou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é possível encontrar algumas informações básicas, mas sempre bem mais ligados a perfil (nome, idade, formação, profissão, filiação partidária, etc). Na academia, alguns ensaios teóricos buscam algumas caracterizações, sejam em estados específicos ou sobre alguns contextos e perspectiva. Estudos um pouco mais aprofundados, baseados em uma perspectiva ontológica, que busca conhecer as especificidades dessa relação mulher e cargo político, ainda parecem ser raros.

Este estudo está dividido em três partes, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira apresenta os delineamentos metodológicos, as opções e posturas de pesquisa, bem como os instrumentos e técnicas como forma de conhecer a realidade a ser investigada. A segunda traz as discussões teórico-epistemológicos sobre as mulheres e a representação política, através de apresentação de teorias e estudos já realizados acerca do tema. Na sequência são apresentadas as realidades das prefeitas, com suas particularidades, desafios, aprendizados e superações nas respectivas carreiras.

## **Metodologia**

Este estudo utiliza o paradigma humanista de pesquisa (HUGHES, 1980) o qual o designa como um estudo qualitativo de cunho fenomenológico (ROESCH, 1996; MINAYO, 1994), já que se pretende compreender a trajetória das prefeitas com um *olhar subjetivo da realidade* (HUGHES, 1980).

Trata-se também de uma pesquisa exploratória, com uma abordagem pautada tanto em esforços tanto epistemológicos quanto ontológicos. Epistemológicos no sentido da busca do conhecimento transitivo sobre prefeitas, dados disponíveis e estudos já realizados e publicados em livros, artigos e teses sobre a temática. Ontológico no sentido de um esforço de busca de conhecimento a partir da realidade do próprio “objeto” pesquisado, ou seja, as próprias prefeitas, com as suas histórias de vida, características, trajetórias, desafios e superações nessa carreira.

Este trabalho segue a abordagem feminista Pós-Estruturalista/Pós-moderna proposta por Cálás e Smircich (1998). Nessa abordagem a problemática se concentra no relacionamento da imagem e “ser mulher”, a figura da “mulher” como o “outro” para o sistema de linguagem dominante, no sistema de regras e conceitos de conhecimento da modernidade. Assim, abre-se

espaço para diferentes engajamentos políticos que reconhecem relações assimétricas de poder entre aqueles que pretendem ser o “mesmo”. Para Cálás e Smircich (1998) trabalhos que seguem a abordagem Pós-Estruturalista/Pós-moderna podem ser direcionados por perspectivas interpretativistas e subjetivistas.

Como procedimento de coleta de dados foi utilizado o modelo de entrevista em profundidade de Seidman (1998). Foram entrevistadas 4 prefeitas de municípios pertencentes a Região Funcional de Planejamento 7 do Rio Grande do Sul, região de residência das autoras, portanto com maior proximidade com as referidas pesquisadas, sendo essa uma amostra selecionada a partir das 7 prefeitas eleitas na região em questão, e definidas pela disponibilidade dessas em receber as autoras para a realização da pesquisa.

O instrumento utilizado foi a realização de entrevistas em profundidade com o apoio de um questionário semi-estruturado. Conforme Gil (1991) o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Para a validação do questionário, foi aplicado um piloto a uma mulher que já havia sido prefeita em outro município que não foi objeto deste estudo. Com base nas sugestões da respondente voluntária, ocorreram ajustes, a partir daí, o questionário final foi elaborado.

O questionário foi dividido em três perspectivas norteadoras: a trajetória pessoal e profissional, a formação da identidade política e por fim, as questões ligadas a carreira política.

A primeira perspectiva, sobre a trajetória pessoal e profissional teve como objetivo buscar elementos sobre a vida da prefeita antes de ser prefeita: relatos sobre a infância, sobre a família, sobre a atuação pessoal e profissional até o momento em que as investigadas tornaram-se prefeitas. A segunda perspectiva trabalhou com foco na formação da identidade política das investigadas. Assim, buscou-se investigar os elementos condutores da formação da identidade política das prefeitas. Para tanto utilizou-se o arcabouço conceitual de Blay (2015). Blay (2015) realizou em 1978 um estudo pioneiro sobre as prefeitas baianas, sendo esse posteriormente corroborado por outras pesquisadoras, entre as quais Claudia Borbosa (2010) em estudo sobre prefeitas baianas, Glória Rabay (2013) em trabalho apoiado pelo CnPq sobre a representação política da mulher na Paraíba e Dayanny Rodrigues (2016) em trabalhos realizados também sobre as prefeitas paraibanas. Por último, a terceira perspectiva relativa à carreira, tratou-se de conhecer alguns tópicos influenciadores da carreira feminina já conhecidos na literatura (BRUSCHINI (2011, 2000), BOTELHO (2006, 2008), MORAES (2008)) como: a influência e a relação de marido e filhos (as) na carreira política das entrevistadas; a identificação das

recompensas e dificuldades, mudanças na vida pessoal e profissional; aprendizagem e satisfação com a trajetória política; modelo de gestão que a prefeita identifica na sua atuação.

A coleta de dados ocorreu no período de outubro de 2016 a dezembro de 2016, período em que as prefeitas já encontram-se com uma experiência mínima próxima aos quatro anos de mandato. Todas as entrevistas foram realizadas com agendamento prévio e no gabinete das entrevistadas, que foram gravadas e posteriormente transcritas.

Para que se analise os dados deste estudo, com base na gravação e transcrição da entrevista foram criadas categorias analíticas, para assim poder-se construir o texto final desta pesquisa.

Para criação de categorias analíticas utilizou-se o modelo de Miles e Huberman (1994), desta forma os resultados encontrados foram alocados em três momentos distintos:

- (a) Redução de dados: processo que permite a seleção, o foco, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados coletados com o objetivo de obter algumas conclusões;
- (b) Dispositivos visuais: são construções organizadas e condensadas de informações que ajudam no entendimento do estudo, proporcionando um encadeamento de ideias à medida que os dados vão sendo processados;
- (c) Desenhos e verificações conclusivos: permite a organização de informação em séries diferentes, a criação de uma matriz de categorias, tabulação da frequência de diferentes eventos, dessa forma, as conclusões surgirão da manipulação de dados a partir do momento em que se contrapõe os dados de entrevistados diferentes.

Ressalta-se que a postura metodologia desse estudo de casos é realizá-lo com cuidado, especialmente em relação às generalizações, ou seja, aqui a intenção metodológica é realmente conhecer os casos estudados, para, a partir daí propiciar a possibilidade, de futuramente realizarem-se estudos mais generalizáveis sobre o fenômeno em questão.

### **Prefeitas: sobre mulheres e participação política**

A condição milenar da mulher na sociedade influencia a sua caminhada e o seu papel na atualidade. A crença atávica, quase natural em nossa sociedade, de que o homem é superior à mulher, acaba legitimando a discriminação (MORAES, 2004). A história da mulher também é uma história de submissão ao homem, sendo uma construção social e cultural repleta de

tensões e posicionamentos onde as diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas e observadas em diferentes campos, que se apresentam como esquemas de pensamento, de aplicação universal, e se registram como diferenças de natureza, inscritas na objetividade (BOURDIEU, 2011). As diferenças biológicas são transferidas para o campo social, sendo assim naturalizadas. Essas diferenças são percebidas culturalmente como algo normal, natural e inevitável, e legitimadas. Há, portanto, uma naturalização da construção social que legitima a histórica diferença e inferioridade da mulher perante o homem.

Nas esferas de representação política da sociedade, esse cenário também se manifesta. Dados referentes à participação de mulheres em esferas do governo mostram que elas continuam sendo sub-representadas, tanto em âmbito legislativo como no executivo, indicando que a desigualdade no campo político também pode ser reflexo de uma desigualdade nos campos cultural, social e econômico.

Em estudos sobre a participação da mulher na política brasileira, é possível destacar quatro momentos e acontecimentos importantes. O primeiro, é a conquista do voto feminino em 1932. O segundo é a emergência do movimento feminista da década de 70. O terceiro é a constituição de 1988, e por último, as cotas eleitorais para mulheres, que estabelecem os percentuais mínimos e máximos para cada sexo.

A luta pelo voto feminino no Brasil iniciou-se nas primeiras décadas do século XIX quando as mulheres começaram a reclamar este direito, contrapondo-se à mentalidade vigente na sociedade da época que considerava a natureza feminina incompatível com as atividades políticas.

O movimento feminista dos anos 1970, embora influenciado pelas experiências européias e norte-americanas, foi marcado pela contestação à ordem política instituída no Brasil da época. Para as feministas, o poder é masculino, e seu objetivo final sempre foi a dominação das mulheres. Para Saffioti (1976) o movimento feminista brasileiro e os movimentos que se desenvolveram na mesma corrente ideológica, desempenharam funções de uma força social construtiva. O movimento feminista, como um ato político, pleiteou direitos igualitários, principalmente no cenário do trabalho. Dessa forma, a emergência do feminismo como movimento social criou o alicerce para a legitimação da condição feminina (BRUSCHINI, 2000).

Em relação a Constituição de 1988, colocada como o terceiro momento importante para a inserção das mulheres na política nacional, assegurou a igualdade em direitos e obrigações para mulheres e homens e a igualdade na sociedade conjugal.

E o quarto momento, sobre as cotas eleitorais para mulheres, destaca-se a Lei 9504/97, conhecida como a Lei das Cotas, que versa sobre percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas nas nominatas eleitorais para vereadores, deputados estaduais e federais (VAZ, 2008). Para Blay (2002), houve pouco debate com a sociedade para implantação da lei, especialmente com o movimento de mulheres, porém, tornar mais visível a questão a pouca representação política da mulher é um ponto positivo da lei, pois trouxe à tona muitas reflexões, discussões e questionamentos sobre a não participação e até mesmo à exclusão da mulher nas esferas de poder. Para Pinto (2001), a realidade se inverte: se antes as mulheres eram barradas nas listas partidárias, agora os partidos buscam mulheres para compô-las.

A partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016) sobre as eleições municipais 2012, destaca-se que naquele pleito houve o cumprimento da obrigatoriedade das cotas, sendo que as mulheres representaram 32,6% das candidaturas ao legislativo municipal, considerando a média geral de candidaturas. Porém, se consideramos o percentual de eleitas, as mulheres ainda aparecem como apenas 13,3% do total de vereadores eleitos no Brasil.

Porém, quando se analisa as candidaturas ao cargo de Prefeito, dado mais especificamente ligado a essa pesquisa, tem-se que nas eleições de 2012, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016), que as mulheres representaram apenas 13,4% das candidaturas. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que a “lei de cotas” não contempla o poder executivo, tendo em vista que está limitada a cargos escolhidos por sistema proporcional, ou seja, vereadoras e deputadas estaduais e federais.

Mesmo com uma participação ainda pequena, é importante considerar o papel de tais agentes nos estudos sobre a atuação nos cenários políticos, sociais, culturais, ligando essas percepções ao universo feminino e ao desenvolvimento das regiões. Partindo da análise dos dados eleitorais e das discussões incitadas, sente-se a necessidade de compreender as mulheres enquanto protagonistas em um processo de empoderamento social e político.

Blay (2015), em seu estudo sobre as prefeitas no Brasil, concluiu que algumas características e situações aglutinam-se mutuamente, ou seja, há algumas características como relações familiares, personalidades e forma de ingresso na vida política que definiram, para essa autora, a possibilidade de uma classificação geral baseada em três categorias: a Prefeita Coronel, a Prefeita Esposa e a Prefeita por Iniciativa Própria.

A Prefeita Coronel é aquela que, principalmente – mas não necessariamente - na ausência de um homem, assume a liderança da família, a direção dos negócios, do grupo político e da clientela, através da utilização de velhas práticas clientelísticas como as do "mandonismo".



Em sua maioria pertencente às oligarquias locais, assim como os homens, é socializada para assumir a direção política do grupo familiar quando se faz necessário. As Prefeitas Coronel assumem a posição de líder na família, podendo essa posição ser obtida perante a sua família de origem como a estabelecida pelo casamento. Ao incorporarem essa liderança é possível que utilizem alguns traços comportamentais típicos masculinos e muitas vezes precisam convencer seus pares sobre a sua capacidade. Assim, a luta pela liderança começa em casa, no seu ambiente familiar.

Esses traços comportamentais masculinos são definidos em termos de controle, desempenho e intenções instrumentais, enquanto a feminilidade se aproxima a características mais “*softs*” como as atitudes de colaboração e suporte (FOURNIER; SMITH, 2006). Loden (1988) apresenta três características que elucidam o contexto do masculinismo, quais sejam: a competição, a habilidade de pensar analiticamente ou estrategicamente e a positividade ou comportamento agressivo. Segundo a autora, a relação de negócio do masculinismo e até a sua relação sobre a vida são representadas em termos de luta freqüentemente competitiva onde há apenas vencedores e perdedores, onde a meta dominante é vencer ou triunfar sobre seus adversários. Sobre a habilidade de pensar analiticamente ou estrategicamente, o masculinismo valoriza o controle através de cálculos meticulosos e a capacidade organizativa de desenvolver planos e estratégias. Já com relação à positividade, o masculinismo preza pelo respeito aos ocupantes das posições hierárquicas mais altas, bem como um comportamento agressivo aos que estão nas posições inferiores.

A prefeita esposa é aquela que assume as funções do marido na política, em decorrência de algum impedimento de ordem legal, ou com o objetivo de continuar no controle do poder. Ainda, a imagem adquirida como “esposa de político”, por meio de atividades sociais ou assistencialistas, garante a constituição de uma base eleitoral que é sabiamente aproveitada. Assim, exercer o cargo é em verdade uma delegação do marido. Pode ocorrer que, quando é necessário tomar uma decisão importante para o município se consulta ao marido (BLAY, 2015).

Por fim, a “prefeita por iniciativa própria”, seria aquela que por suas próprias convicções e liderança construiu capital político suficiente para se eleger. Desse modo, esse terceiro grupo se distinguiria dos dois primeiros.

Além da tipologia apresentada por Blay (2015) outro importante conceito emerge na discussão deste trabalho, o de capital político desenvolvido por Pierre Bourdieu. Esse conceito basicamente indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.

O capital político é uma forma de capital simbólico, cuja eficácia está ligada à universalidade do reconhecimento que ele recebe, ou seja, ele permite alguma autoridade à alguém. O capital político é tido então, como uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política (BOURDIEU, 1980).  
Afirma ainda que o capital político

assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e serviços públicos [...] vemos então que o capital social de tipo político que se adquire nos aparelhos de sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas. (Bourdieu;1996, p.30)

O que muda se compararmos o tipo de prefeita, segundo a classificação proposta, é a forma como a mesma constrói e faz legitimar o seu capital político, ora pela atuação da família, na ausência de um homem para comandar os negócios e a política; ora pela atuação como esposa de um político, ou até mesmo pela sua atuação de forma independente na sociedade e nas esferas políticas. Nota-se que, a noção de dinastia política acima colocada por Bourdieu parece bastante ligada à forma de construção de capital político das Prefeitas Coronel e das Prefeitas Esposa, as quais já possuem um capital simbólico herdado pela atuação da família e/ou marido.

Bourdieu (1986) elabora o desafio de desenvolver a questão da importância conexão entre grupo e indivíduo representante e aborda a necessidade de reflexão sobre o poder que os líderes políticos possuem ao agir e ao comunicar-se em nome dos representados. Um líder deve democratizar seu interesse próprio objetivando parecer ser o interesse dos liderados, e para isso existe um conjunto de técnicas de oratória, de construção textual e de aparência.

Através dos aspectos quantitativos da participação política feminina é possível encontrar respostas sobre os mecanismos de dominação que, ainda hoje, mantém a baixa participação das mulheres nas instâncias representativas da política e do poder (BARBOSA, CAVALCANTI, 2010). Prevalece ainda na sociedade uma visão reducionista, que adequa as “vontades femininas” a falta de interesse e envolvimento com os assuntos políticos ou até mesmo ao cumprimento obrigatório dos partidos políticos com as leis de cotas para mulheres na política. Todo esse discurso já é conhecido pelos pesquisadores, porém constatar o fato não é relevante, é necessário buscar as causas, conhecer a trajetória, o perfil, as aprendizagens e os desafios e superações vividos pelas mulheres que desenharam suas carreiras profissionais na vida pública e se tornaram prefeitas em seus municípios. Estudar essas mulheres é conhecer e reconhecer que ser mulher em um ambiente tradicionalmente marcado pela cultura masculina de poder pode se mostrar como um cenário de intensos desafios e aprendizagens.

## **As prefeitas: particularidades, desafios, aprendizados e superações**

O primeiro aspecto que pode ser destacado dentre as prefeitas pesquisadas diz respeito à classificação proposta por Blay (2015). Embora classificações possam demonstrar alguma arbitrariedade e, portanto, desconsiderar aspectos importantes, nos discursos de apresentação e autodescrição das prefeitas é possível identificar as características dominantes que permitem utilizar a proposição da autora. Nenhuma pode ser considerada Prefeita Coronel. Duas foram identificadas como Prefeita Esposa: em um dos casos, o marido já havia sido prefeito em dois mandatos seguidos, e a esposa, vereadora atuante no município, assume o desafio de candidatar-se e acaba eleita, e em outro, o marido já havia sido vice-prefeito, prefeito e não conseguiu reeleger-se, e depois de 4 anos, a esposa surge como um nome forte para candidatar-se. Duas foram identificadas como Prefeita por Iniciativa Própria. Nas falas essas características estão bem claras: “A influência veio do meu marido, que já havia sido prefeito nas duas gestões passadas à minha” (Prefeita I.); “Acho difícil identificar qual foi a maior influência, mas acho que a decisão partiu de mim mesma” (Prefeita J.); “Meu pai não era ligado à política, mas meu marido foi vice-prefeito e prefeito no município, e meu nome surgiu depois de eu ser primeira dama e presidente do partido” (Prefeita N.) e “Pode-se dizer que a decisão partiu de mim mesma” (Prefeita R.).

Dentre as prefeitas entrevistadas, todas apresentavam experiência política anterior a ocupação do cargo de prefeita, ou como primeira-dama, ou como secretária no município, ou como presidente de partido político no município, ou como vereadora - três haviam sido vereadoras em seus municípios. A prefeita I. foi vereadora por um mandato (2008 a 2012), a prefeita J. por três mandatos seguidos (2000 a 2012), e a prefeita R por um mandato (2004 a 2008). Pode-se dizer que esses papéis desempenhados anteriormente serviram de “treinamento” para a fala pública, para a ocupação do espaço público e dos palanques, bem como para a própria gestão, as articulações eleitorais e o “corpo a corpo” com o eleitorado. Esse fato está ligado à construção do capital simbólico e do capital político proposto por Bourdieu (1980), no sentido da importância de construção de uma legitimidade quanto pessoa apta e reconhecida para agir em nome dos representados.

Ainda no sentido de três delas terem ocupado cargos de vereadoras, há um destaque para a Lei das Cotas, pois essas foram convidadas a concorrerem no legislativo em função da necessidade de os partidos apresentarem os percentuais de 30% de candidaturas de mulheres.

A decorrência disso, é que, de lideranças locais, surgiram líderes no legislativo local e posteriormente no executivo.

As prefeitas entrevistadas demonstraram personalidades distintas, mas características bastante comuns: firmeza, alegria, apego à família, laços com a comunidade e uma preocupação bastante especial em fazer “o melhor, o bem, melhorar a vida das pessoas, contribuir para o município”. Sobre os sentimentos que impulsionaram a entrada dessas mulheres na vida política, a comunidade aparece como o elemento mais importante para essa escolha de vida:

Foi o sentimento de prazer de ver as coisas acontecerem por meio da atuação da gente. A vontade de *ajudar a comunidade*. Esse é o grande motivo, o grande sentimento que me levou a ser política e prefeita. O que move a gente, faz com que tu busque, faz tentar melhorar, resolver e fazer melhor para a comunidade. Prefeita I.

A comunidade. *Servir a comunidade*, fazer melhor. Eu quis fazer muitas coisas boas, muitas melhorias para a população. E isso me fez entrar na política e a ser prefeita. Eu sempre acreditei que pela política séria podemos mudar e melhorar uma cidade. E esse sentimento me acompanha sempre. Prefeita J.

Foi um sentimento de dever de contribuição. Queria contribuir para o município. Pensei, junto com o meu marido, que já que tínhamos escolhido o município, e que não queríamos dali sair, então talvez ser prefeita para *ajudar a comunidade* e fazer algo seria uma boa missão. Prefeita N.

Sempre pensando em *fazer algo bom para a comunidade*. Isso como funcionária pública, como vereadora, como prefeita. Eu tenho muito orgulho das conquistas, do atendimento em saúde que consigo oferecer a população, acho que isso faz diferença na vida das pessoas. Prefeita R.

Existe nos discursos, um sentimento de "responsabilidade" e o reconhecimento da necessidade de honrar os votos e a confiança dos eleitores conduzindo à idéia de uma conquista, de uma importância de ter “chegado lá”. O pioneirismo em relação ao papel de uma mulher à frente da prefeitura dos seus municípios também é bastante mencionado sendo que a maneira de expor a trajetória política inaugural de mulheres nos seus municípios, o que sugere algo de dimensão afirmativa da presença feminina em espaços de representação: “Fui a *primeira e única* prefeita, e pode-se destacar que em 2012, o meu município teve somente duas mulheres concorrendo ao cargo de prefeita. Isso é inédito e importante” (Prefeita I); “Ser a *primeira* prefeita do município é um orgulho muito grande” (Prefeita J.); “Fui a primeira prefeita, e única, dentre todos os prefeitos em mais de 50 anos, a conquistar uma reeleição” (Prefeita N.); “Fui a *primeira* prefeita de toda a região das Missões, e também a *única* reeleita” (Prefeita R.).

Sobre a relação família x política, outro elemento bastante comum, a importância da família e do apoio do marido: “A importância do meu marido é total” (Prefeita I.); “A minha família tem influência total na minha trajetória” (Prefeita J.); Teve muita influência do marido,

e as filhas apoiam muito (Prefeita N); “Meu marido sempre me apoiou e isso para mim é fundamental e muito importante. (Prefeita R).

As prefeitas costumam reforçar certos estereótipos femininos como sensibilidade, aspectos de vaidade e um “jeitinho feminino”, que não necessariamente está bem definido mas que parece ser bem entendido no senso comum. A utilização dos chamados “atributos femininos” no campo político tem adquirido aspectos mutáveis. Pode significar barreiras, mas também pode, dependendo da situação, significar capacidade e interesse de quem os utiliza, agregando sentidos positivos, valorizando uma candidatura e compondo parte do capital simbólico de uma personalidade pública. Segundo a Prefeita J. “a mulher já tem essa sensibilidade que já vem da natureza”. Para a Prefeita I., “o fato de ser mulher facilita esse contato com o povo”. A Prefeita N. diz que “talvez por ser mulher, e por ser mais sensível, os ataques não são tão fortes”. Ainda, é possível reconhecer alguns elementos da teoria de Bordieu sobre as técnicas a serem utilizadas por um líder ao relacionar-se com os liderados, quando a Prefeita R. fala sobre a importância de manter uma boa aparência e também sobre como ela deve saber dirigir-se a diferentes grupos em diferentes espaços:

Eu reservo um tempinho rápido no salão para manter o jeito feminino. Nada de exagero, mas um pouco para me arrumar, para estar bem apresentada. Meu salto fica aqui no gabinete, eu trabalho de salto alto sempre. Mas, se vou pra uma obra, coloco uma botina. Então eu sempre cuido disso: saber onde se está e estar adaptada ao espaço e ao público. Prefeita R.

O papel duplo, mesmo na vida pública, mencionado pela Prefeita I. chama atenção e vale destaque:

Sendo prefeita, existe o papel político da mulher e o papel social da mulher. Uma prefeita tem esses dois papéis. Se é um homem, o papel político é mais marcante. Como eu fui primeira dama antes de ser prefeita, isso para mim é muito claro. Mas para as pessoas não. Para a comunidade, eu sou a mesma pessoa. Eu tento ir a tudo, participar de tudo: apresentações nas escolas, clube de mães, datas comemorativas, tudo. Mas confesso que às vezes não consigo estar presente, é muita coisa. Então me cobram: ‘mas tu não foi na apresentação de natal da escola’[...] Eu tento conversar e explicar: ‘gente, antes eu fazia isso como primeira-dama, agora eu sou prefeita’. Não vou conseguir participar de tudo. Então o papel político para mim é o papel de prefeita, de gestora, de administradora. E o papel social é aquele de estar presente, estar junto com as pessoas. E a comunidade cobra muito. As vezes é cansativo, mas aí eu penso: se cobram a minha presença é porque gostam de mim. Por isso eu valorizo muito esse contato.

Assim, está claro que a prefeita possui mais esse desafio: de conciliação do papel social que no caso de prefeito pode ser tranquilamente desempenhado pela primeira-dama, e do papel político e administrativo que a função requer. Assim a presença da mulher em cargos públicos traz outros significados, que, por vezes, podem parecer excludentes, mas têm sido utilizados

como valores complementares na construção de identidades políticas estratégicas das mulheres. O papel privado de boa mãe e esposa não é oposto à competência administrativa ou ao compromisso com a coisa pública. Pelo contrário, tem sido, muitas vezes, apresentado como evidência da capacidade de gestão, de conciliador de interesses e de negociação. Ressaltam que a prefeita tem uma rotina que não pode deixar de desdobrar-se entre casa e prefeitura, ou seja, uma relação entre o público e o privado.

As experiências são permeadas por recompensas, dificuldades e aprendizados, e no caso da experiência de ser prefeita não é diferente, sendo que cada entrevistada pode identificar esses elementos em suas atuações. As recompensas mencionadas sobre ser prefeita, transitam entre as realizações da gestão, o sentimento que as pessoas a elas destinam e também o orgulho de ser a mulher a frente da prefeitura de seus municípios. Para àquelas classificadas como Prefeita Esposa, além das realizações da gestão, há uma ênfase significativa ao sentimento que as pessoas a ela destinam: “A admiração, o reconhecimento e o carinho das pessoas” (Prefeita I.) e “A dedicação reconhecida” (Prefeita N.), isso combinado com o grande orgulho, identificado em suas falas, de ser uma mulher a frente da prefeitura. Já para as classificadas como Prefeita por Iniciativa Própria têm em comum um destaque para as realizações do governo, não as reconhecendo, necessariamente uma relação com o fato de ser mulher:

“As minhas recompensas são as coisas que eu consegui construir, comprar, melhorar para a cidade. As obras, os asfaltamentos, as máquinas, os carros e implementos agrícolas. Uma coisa que me faz feliz é a ajuda que pude dar aos agricultores com os maquinários adquiridos. Prefeita J.

Eu tinha muita preocupação com as pessoas indo embora do município, então tentamos fortalecer o agricultor. Uma grande recompensa foi ver o fortalecimento da economia do município por meio de ações voltadas para o agricultor. Incentivamos a atividade da suinocultura, adquirimos máquinas para facilitar, por meio de ações cooperadas, o dia-a-dia dos agricultores do município. Prefeita R.

As dificuldades destacadas mais destacadas foram a burocracia, a lentidão dos processos, a falta de recursos para se realizar todas as ações que gostariam para o município e ainda, uma menção relacionada a relacionamento e reconhecimento das pessoas:

Pode-se destacar duas coisas como dificuldade em ser prefeita: a burocracia e o desmerecimento das pessoas. A burocracia é terrível, faz uma demora para as coisas acontecerem. A gente quer ver tudo pronto, novo, construído, mas muito emperra na burocracia. Às vezes por um mínimo detalhe no processo, algo como algum documento específico, temos que parar uma obra importante. Prefeita I.

As dificuldades tem origem na falta de recursos e na grande burocracia exigida para tudo que se faz na prefeitura. Muitas vezes a gente faz um planejamento e quando recebe o recurso vem bem menos que o esperado, e isso para um município pequeno

é muito difícil, pois não conseguimos cumprir o planejado por falta de recursos. Prefeita J.

As dificuldades estão naquilo que a gente não consegue realizar tudo que quer. A gente quer sempre fazer mais, mais não tem recurso suficiente, tem as normas que devem ser seguidas à risca e isso muitas vezes deixa a gente mais limitada. Também, eu acho que para mim, as viagens são uma dificuldade. Eu não gosto muito de ir para Porto Alegre ou para Brasília. Até vou, mas para mim é uma das dificuldades. E outra coisa, que tenho que fazer muito, e ainda fico nervosa: falar em público, dar entrevista para rádio e TV. A gente faz, mas para mim é uma dificuldade. Prefeita N.

A ingratidão das pessoas. Isso me magoa. Eu sempre tento ajudar tanto, e tem tantos casos em que as pessoas não reconhecem, não valorizam. Mas acho que isso não tem relação com o fato de eu ser mulher, mas como o fato de que as pessoas querem sempre mais e não se colocam no lugar do outro. Eu não acho que por eu ser mulher, mas pelo que as pessoas esperam mesmo. Prefeita R.

Ao serem questionadas sobre a relação das dificuldades com o fato de serem mulheres, a Prefeita J. foi aquela que destacou com maior ênfase:

Acho que nenhuma recompensa tem relação com ser mulher, mas muitas dificuldades têm relação com o fato de ser mulher. Durante todo o mandato eu sentia no dia-a-dia que muitos homens não se sentiam confortáveis pelo fato de ter uma mulher na prefeitura, ainda mais de um partido como o meu. Eu sentia que muitos achavam que por ser mulher a autoridade não era a mesma. Infelizmente, uma prefeita mulher estava muito fora do que a sociedade machista aceitava para o município. E eu realmente senti isso, já na campanha, e também durante os anos como prefeita.

Ao serem questionadas sobre o estilo de gestão de cada prefeita, se viam-se com uma gestora centralizadora, participativa ou democrática, as respostas convergiram para um estilo participativo. As reuniões semanais de acompanhamento das ações da equipe foram colocadas como estratégia importante para a relação da prefeita com a equipe de secretários e demais funcionários: “Não sou centralizadora, me acho participativa. A gente organiza as ações, mas o fazer é do titular da secretaria.” (Prefeita I.); “Não sou centralizadora, eu me acho bem participativa. Tento tomar a decisão em conjunto para poder defender a ação em conjunto” (Prefeita J.); “Eu consigo delegar, me acho participativa... Faço uma reunião semanal com todos os secretários, e tudo que tem de tarefa a ser cumprida marcamos uma data para eles me apresentarem a solução.” (Prefeita N.); “Eu ouço muito, aprecio muito as sugestões e meu gabinete sempre está aberto para todo e qualquer funcionário. Não, definitivamente não sou centralizadora, sou participativa.” (Prefeita R.).

Sobre a trajetória política, se estão satisfeitas e se mudariam algo se pudessem “voltar atrás”, as prefeitas mostram-se bastante satisfeitas: “Estou muito satisfeita. Eu faria tudo novamente. Acho que só me arrependo do que deixei de fazer, mas do que eu fiz, eu gosto e estou satisfeita.” (Prefeita N.); “Eu faria tudo de novo. Valeu a pena”! (Prefeita R.). As que

considerações sobre alguma conduta diferente ao longo da atuação como prefeita foram bastante específicas sobre as suas relações com a equipe de colaboradores:

Eu estou satisfeita e feliz. Mas se eu pudesse voltar atrás talvez eu cobraria mais dos funcionários. Às vezes, pelo fato de ser funcionário público, alguns se acomodam, e eu não acho junto pois todos tem que trabalhar da melhor forma possível, afinal todos recebem seu salário no final o mês. Mas eu estou feliz com o que fiz, com os recursos que trouxemos, com o apoio da comunidade e com o respeito dos funcionários. Prefeita I.

De forma geral eu estou satisfeita. Fiz tudo com honestidade, com as melhores intenções. Eu tinha muitos planos e sonhos para o município. Em relação a voltar atrás, hoje eu me acho mais preparada para montar uma equipe qualificada, leal e de confiança, que esteja alinhada com o que eu gostaria de fazer. Acho que a equipe de funcionários públicos, seja do quadro efetivo ou dos cargos comissionados tem um papel fundamental no sucesso da gestão. Prefeita J.

Ao serem questionadas sobre o aprendizado adquirido, nas falas das prefeitas foi possível observar duas menções principais: questões ligadas a gestão pública e outras ligadas ao aprendizado pessoal: “Aprende-se a buscar soluções, a se relacionar com outros municípios, aprende a buscar recursos, a pensar na comunidade. Aprende também a conviver com a burocracia, com a lentidão dos processos.” (Prefeita I.); “Aprendi muito. Sobre gestão pública, sobre gestão de equipe. E quero continuar estudando, quero voltar aos estudos sobre essa e outras temáticas. O dia a dia no setor publico ensina muito. A equipe influencia muito.” (Prefeita J.) “Aprendi a compreender as pessoas.” (Prefeita N.); “Aprendi a ter mais equilíbrio emocional. Eu aprendi que não adianta ter ansiedade que eu não vou conseguir resolver todos os problemas do meu município. Tudo ao seu tempo.” (Prefeita R.).

Embora, no instrumento de pesquisa não tenha se destacado nenhuma questão em relação ao machismo, ou especificamente aos espaços femininos x masculinos, esse foi um aspecto bastante mencionado pelas prefeitas, em especial para as duas classificadas como Prefeitas por Iniciativa Própria:

Na campanha muitos diziam que eu não tinha chance porque eu era mulher. A nossa sociedade é machista, uma cidade pequena, de interior, e não podemos dizer que não sofremos com o machismo. Tem sim. Mas eu quero ver onde está escrito que a mulher tem que ficar em casa cuidando da casa e dos filhos, e que o homem tem que assumir cargos públicos. Quem disse isso? Prefeita J.

A campanha foi bem difícil, o tempo todo eu ouvia que eu não tinha capacidade, que era mulher, e teve até música da oposição rodando em carro de som que abordava que lugar de mulher não é na prefeitura. Teve uma coisa muito machista, era feio ouvir aquilo. Mas acho que foi aí mesmo que as mulheres se revoltaram e votaram em mim, acho que deu o efeito contrário. Prefeita R.



Outro elemento importante, ainda em relação ao machismo, é que apesar de já possuírem certa experiência política, aparece o receio de serem atacadas em suas vidas privadas, sendo presente em suas falas a “necessidade de se resguardar, ter retidão e postura”. Esse aspecto foi fortemente mencionado em especial para as Prefeitas por Iniciativa Própria, mais do que as Prefeitas Esposa, ilustrado pelo fato de surgimento de alguns comentários maldosos em que pessoas da comunidade abordavam os maridos, com tons maliciosos, o que apareceu nas suas angústias:

Algumas vezes chegavam a falar para o meu marido: ‘a tua mulher chegou sozinha com o fulano na reunião, chegaram os dois no mesmo carro, e só os dois – mas o fulano era secretário na prefeitura. Às vezes falavam sobre eu chegar ou sair sozinha dos lugares, com intenção de deixar algo subentendido... O machismo também está nesses comentários maldosos, se fosse homem, seria normal, mas se é mulher não pode?. Prefeita J.

É difícil porque tu tem que ir a muitos lugares e o teu marido não está sempre contigo, pois ele tem o trabalho dele, e aí algumas pessoas acabam usando isso para te difamar. A forma como encontrei para evitar um pouco isso foi deslocar um parente que era funcionário da prefeitura para ser meu motorista e me acompanhar. Mas mesmo assim falavam. A minha resposta para isso sempre foi: mas e daí? Isso não é função da prefeita, estar em lugares, acompanhar obras e participar de reuniões e eventos no município? Prefeita R.

Por último, um aspecto bastante importante e colocado pelas prefeitas em suas falas foi a relação da eleitora mulher com a candidata mulher, e até mesmo dos eleitores de forma geral com uma prefeita mulher. Essas prefeitas acreditam que o baixo número de mulheres, tanto no poder executivo como no legislativo das prefeituras diz respeito ao fato de as próprias mulheres não reconhecerem as mulheres como uma boa opção como autoridade. Esse argumento foi colocado no sentido de que a maioria da população é de mulheres, então, se as eleitoras mulheres reconhecem as próprias mulheres, teríamos muito mais representantes femininas na política: “Se as mulheres acreditassem nas mulheres, teríamos muito mais mulheres eleitas. Às vezes eu sinto que o respeito e a confiança por um homem é diferente” (Prefeita I.), “Se a gente for analisar, as mulheres não valorizam as mulheres. Olhe os votos. A maioria dos eleitores são mulheres, e quantas prefeitas e vereadoras temos?. As mulheres acham que os homens são mais capazes” (Prefeita J.).

Essas falas quase dão margem a uma percepção onde as prefeitas sentem-se em uma posição desprivilegiada pelas próprias mulheres eleitoras, mas por outro lado acreditam que, é possível, de forma gradual reverter esse quadro. Por meio da própria atuação dessas mulheres a frente das prefeituras, acreditam que aos poucos, homens e mulheres irão reconhecer as

legitimidades da atuação política, não necessariamente com o fato de ser homem ou mulher, mas sim com a análise de propostas e atuações políticas para os municípios.

### **Considerações finais**

Ao observar as mudanças políticas e culturais, mesmo que superficialmente, é possível considerar nas últimas décadas, uma tendência, ainda que pouco expressiva, de inserção das mulheres nas disputas eleitorais. A Lei 9504/97, cotidianamente conhecida como “Lei das Cotas”, que estabelece hoje um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas nas nominatas das coligações, parece ser um mecanismo afirmativo de inserção das mulheres na política. Embora ainda haja críticas sobre sua efetividade, é possível considerar que, mesmo que de forma lenta e gradual, esse instrumento legislativo passa a ser uma ação afirmativa para as mulheres.

Por outro lado, ao observar alguns dados quantitativos sobre participação política feminina, ainda é possível encontrar indícios sobre mecanismos de dominação que, ainda hoje, mantém a baixa participação das mulheres nas instâncias representativas da política e do poder. O fato de a população ser de maioria feminina, e os cargos políticos serem majoritariamente ocupados por homens é um fenômeno que oferece muitas possibilidades de análise. Esse cenário foi bastante mencionado pelas prefeitas, e parece ser bastante recorrente nas discussões políticas e culturais da sociedade. Ao tentar interpretar esse fenômeno, junto às prefeitas entrevistadas, elas parecem descrever uma abordagem reducionista, mesmo que não conformadas com isso, sobre a tradição e a facilidade da dominação masculina, sobre a maior capacidade masculina de atuar na política, que entende a mulher como desinteressada, menos capaz e menos envolvida nos assuntos públicos e de gestão política. Constatado esse fato, é necessário buscar as causas, os porquês desse entendimento, e quais as formas de superar essa visão de dominação. Nesse sentido, esse estudo coloca-se como um passo no sentido de buscar a realidade de mulheres que se tornaram prefeitas, e com essas vivências, entender as suas particularidades, seus desafios, aprendizados e superações nessa carreira, tradicionalmente ocupadas por homens, mas que gradativamente torna-se também um espaço onde as mulheres dedicam sua vida e carreira.

Embora as prefeitas apresentem personalidades e histórias bastante distintas, foi possível identificar alguns pontos comuns nas suas falas enquanto mulheres que se tornaram prefeitas: a preocupação com a comunidade e com o fazer o bem para as pessoas, o apego a

família e a importância do apoio de marido e filhos nas suas carreiras e o orgulho diante do pioneirismo no papel de prefeita nos seus municípios.

As prefeitas de fato, dividem-se no seu papel público e privado, e se por vezes, podem parecer excludentes, muitas vezes têm sido utilizados como valores complementares na construção de identidades políticas estratégicas das mulheres. Assim, a presença da mulher nos espaços públicos traz novos significados tanto para a política como para as mulheres, já que o papel privado de mãe e esposa dedicada não é, necessariamente, oposto à competência administrativa, ao compromisso com a gestão pública e com a firmeza necessária para atuar como chefe do executivo municipal. Pelo contrário, tem sido muitas vezes, apresentado como mérito, como demonstrativo da capacidade feminina de gestão.

Constatados os fatos, é necessário buscar causas, novos conhecimentos e maiores entendimentos. Conhecer os desafios femininos, seja na política ou em carreiras executivas privadas faz-se muito importante para o caminhar no sentido de superação de barreiras, de preconceitos e de quebras de estereótipos sobre o feminino x masculino, sobre os papéis previamente determinados sobre capacidades, ocupações e realizações. Esse é o desafio lançado nesse estudo. Embora não seja tarefa simples, é importante fazer-se cruzar as fronteiras disciplinares, percorrer técnicas e métodos que possibilitem um olhar multi e interdisciplinar para entendermos mais esses desafios das carreiras femininas. Através de conhecimento, contribui-se para a mudança da realidade.

Por fim, embora seja possível ainda verificar que ainda persistem traços de uma cultura baseada na divisão entre homens e mulheres, entre espaços de atuação determinados nas relações de poder político, onde as mulheres são constantemente destinadas à esfera privada – de mãe, esposa, e na política, primeira dama - e o homem destinado a exercer as funções de poder na esfera pública, também é possível encontrar indícios de avanços significativos na atuação feminina no poder público local. A igualdade de oportunidades é também uma questão democracia, de empoderamento feminino, de inclusão social, de responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de discriminação contra a mulher, tanto no âmbito da esfera privada como na pública.

## **Referências**

BARBOSA, C. Atuação das Mulheres na Política Local: ranços e avanços. *Revista Ágora*, Vitória, n.11, 2010, p.1-27.

BARBOSA, C.; CAVALCANTI, V. Um Olhar sobre a Trajetória das Prefeitas Baianas: entraves e avanços. *Fazendo Gênero 9* Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277462300\\_ARQUIVO\\_Fazendo\\_Genero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277462300_ARQUIVO_Fazendo_Genero.pdf). Acesso em 20 de nov.2016.

BARREIRA, I. Lideranças Femininas no Congresso Nacional - performances, valores e habitus. *XXX Encontro Anual da ANPOCS*, 24 a 28 de out. 2006.

BLAY, E. Mulher e igualdade: cidadania e gênero. *Social Democracia Brasileira*, Brasília, v.1, n.2, p. 58-63, mar. 2002

BLAY, E. *As prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir, 2015.

BOTELHO, L. et al. Percepções sobre o papel da mulher na sociedade do conhecimento. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero VII*, 2006, Florianópolis. Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero VII, 2006.

BOTELHO, L. *Ascensão Profissional Feminina em Organizações Baseadas em Conhecimento*. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade federal de santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BOURDIEU, P. *O sendo prático*. Petropolis: Vozes, 1980.

BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1986.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

BRABO, T. *Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP)*. Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C.; RICOLD, A. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, Leila; PITANGUY, Jaqueline. (Org.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia, Brasília: ONU Mulheres, 2011

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-1995). In: ROCHA, Maria Isabel da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13-58.

CALÁS, M. et SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*, v. 1. São Paulo: Atlas, 1998.

CUNHA, A.; SPANHOL, C.. Liderança Feminina: Características e Importância à Identidade da Mulher. *Saber Humano* - Ano 4, número 5 - 2014.

DATASENADO. *Mulheres na política*. Pesquisa realizada pelo DataSenado. Procuradora Especial da Mulher: Senado Federal, 2014. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>> Acesso em 21 de outubro de 2016.

FLETCHER, J. *Gender perspectives on work and personal life research*, 2006. Disponível em: [www.popcenter.umd.edu/events/nichd/papers/fletcher.pdf](http://www.popcenter.umd.edu/events/nichd/papers/fletcher.pdf). Acesso em 20 de out. 2016.

FOURNIER, V; SMITH, W. Scripting Masculinity. *Ephemera Theory & Politics in Organization*. v. 6 n..2. p.141-162, 2006.

GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991

HUGHES, J. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

LODEN, M. *Liderança feminina: como ter sucesso nos negócios sendo você mesma*. São Bernardo do Campo, SP: Bandeirante, 1988.

MENDA, P. *Análise da dicotomia sofrimento e prazer na função gerencial feminina*. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MILES, M.; HUBERMAN, M. *Qualitative Data Analysis*. Thousand Oaks: Sage. 1994.

MINAYO, M. C. et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, F. *Diversidade e Inclusão: a força de trabalho feminina na Philips do Brasil*. Trabalho apresentado a Fundação Dom Cabral para a conclusão do curso Gestão Responsável para a Sustentabilidade. São Paulo, 2004.

MORAES, L. *A trajetória de mulheres executivas em universidades catarinenses*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

PINTO, C. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

RABAY, G. et al. *As Prefeitas Paraibanas de 2013 de 2016*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, D; RABAY, G. *Representação Feminina na Política Paraibana*. 18. REDOR – 24 a 27 de novembro de 2014. Universidade Federal Rural do Recife.

RODRIGUES, D. As prefeitas em perspectiva: representatividade Feminina na política paraibana. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, 2016.

RODRIGUES, A. *Cidadania das mulheres e igualdade de gênero*. 2003. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/publicações/artigos>> Acesso em: 20 out. 2016.

ROESCH, S. *Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 1996.

SAFFIOTI, H. *A Mulher na Sociedade de Classes*. Rio de Janeiro:Vozes, 1976.

SEIDMAN, I. *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences* (2nd ed.). New York: Teachers College Press, 1998.

SOUZA, P; SIQUEIRA, E; BINOTTO, E. *Liderança Feminina na Gestão Pública: Um estudo de caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011TNSTP14189318429.pdf>, Acesso em 21 de out.2016.

TER-RS - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Eleições 2012: Divulgação dos Resultados. Disponível em <http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/2012/1turno/RS87483.html>. Acesso em 20 de set.2016.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://www.tse.jus.br/>. Acesso em 20 set. 2016.

VAZ, G. *A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas*. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados, 2008.

Texto recebido em: 24/01/2017.

Texto aprovado em 10/05/2017.